

Perfil de condutores de trilhas de longa duração em parques nacionais brasileiros

Profile of long distance trail instructors in brazilian national parks

COTES M, SALLES WN, BRASIL VZ, IHA T, SCHIAVETTI A, NASCIMENTO JV. Perfil de condutores de trilhas de longa duração em parques nacionais brasileiros. *R. bras. Ci. e Mov* 2018;26(1):167-177.

RESUMO: O objetivo do estudo foi investigar o perfil sociodemográfico, acadêmico e profissional de condutores de trilha de longa duração (TLD) em Parques Nacionais (PARNAs) brasileiros. Entrevistaram-se 39 condutores do Parque Nacional do Caparaó (PNC) e 40 do Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC). Verificou-se que a maioria dos condutores é do sexo masculino (88,6%), possui a Educação Básica (62%), exerce esta atividade há mais de 10 anos (54,4%), recebe até um salário mínimo por mês (72,2%) e mora no entorno do PARNA em que atua. Nenhum dos condutores investigados realiza ou realizou curso de graduação em Educação Física. Em conclusão, o caráter educativo da condução predominou nos condutores do PNSC, enquanto que o caráter de aventura foi mais frequente nos condutores do PNC.

Palavras-chave: Caminhada; Meio ambiente; Condutores.

ABSTRACT: The objective of the study was to investigate the sociodemographic, academic, and professional profile of long distance trail (TLD) instructors in Brazilian National Parks (PARNAs). We interviewed 39 instructors of the Caparaó National Park (PNC) and 40 of the Serra da Capivara National Park (PNSC). The majority of the instructors is male (88.6%), has basic education (62%), works in this activity for more than 10 years (54.4%), receives up to a minimum wage per month (72.2%), and lives around the PARNA where they work. None of the instructors investigated is currently taking or have taken an undergraduate degree in Physical Education. In conclusion, the educational character of guiding predominated in the PNSC instructors while the adventure character was more frequent among the PNC instructors.

Key Words: Walking; Environment; Instructors.

Marcial Cotes¹
William das Neves Salles²
Vinicius Zeilmann Brasil²
Tayná Iha²
Alexandre Schiavetti¹
Juarez Vieira Nascimento²

¹Universidade Estadual de Santa Cruz

²Universidade Federal de Santa Catarina

Introdução

A tendência para a prática de atividades na natureza traduz algumas demandas, valores e concepções emergentes na sociedade contemporânea¹. A busca por sentimentos como autorrealização e autoexpressão indica novos significados para a prática destas atividades, instituindo uma relação renovada de convivência entre o ser humano e a natureza²⁻⁴. Nesta perspectiva, as atividades desenvolvidas em Parques Nacionais (PARNAs), por pessoas de diferentes faixas etárias, têm se configurado como uma possibilidade de intervenção profissional.

As trilhas compreendem a primeira infraestrutura implementada para atividades realizadas nos PARNAs, especialmente aquelas ligadas às atividades de ensino, pesquisa e vivências de lazer que integram um conjunto de atividades, entre elas as denominadas de turismo de aventura^{5,6}. No Brasil, há 72 PARNAs, sendo que 23 estão localizados na Mata Atlântica, 19 na Amazônia, 13 no Cerrado, 9 em Ambiente Marinho, 7 na Caatinga e 1 no Pantanal⁷. Dos 70 PARNAs abertos, 48 dispõem de estruturas limitadas que compreendem trilhas rústicas, dificuldade de acesso e/ou isolamento, sendo que em alguns a visitação é permitida somente mediante prévio agendamento com os gestores do parque; 13 contam com pequenas estruturas para realização de trilhas e *camping* rústico; e nove apresentam estruturas complexas, oferecendo centro de visitante, auditório, restaurante, pousada, transporte interno, entre outros⁷. Ribas e Hickenbick⁸ consideram outra perspectiva, pois entendem que a infraestrutura básica necessária para a prática de atividades na natureza é somente o condutor de visitantes, que deverá ser capaz de fomentar o ecodesenvolvimento do turismo na busca por experiências que venham a atender o visitante e a sensibilizá-lo para a conservação do meio ambiente visitado, por meio da relação calcada na reverência, na afabilidade e no domínio afetivo (ou dimensão atitudinal), sugerindo ser este um antídoto para a sociedade contemporânea.

Neste sentido, embora alguns PARNAs permitam a entrada de visitantes sem a companhia do condutor, destaca-se que este profissional pode trazer segurança, informações sobre a história da unidade, aspectos de educação ambiental e da cultura, o que pode propiciar o sucesso para uma experiência hedonista para aqueles que buscam trilha de longa duração (TLD) em Unidade de Conservação (UC)⁸⁻¹⁰. Dentre as responsabilidades dos condutores de visitantes, destacam-se o desenvolvimento de atividades informativas e interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além do monitoramento dos impactos socioambientais nos sítios de visitação⁸⁻¹⁰. De acordo com a Portaria nº 27, do Ministério do Turismo¹¹, a atividade de condutor em UC (federais, estaduais ou municipais) deve ser exercida pelo profissional que possui capacitação direcionada para atuar em uma determinada UC, “apresentando conhecimentos ecológicos vivenciais, específicos da localidade em que atua” (p. 2). O condutor de visitantes deve ser uma pessoa física autorizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, responsável pela gestão das UC. A certificação em cursos de capacitação de condutores compreende um pré-requisito instituído pelo ICMBio, cujas capacitações procuram assegurar a preparação desses profissionais em três temas principais: Meio ambiente e cultura (ênfase na UC); Trabalho do condutor de visitantes (Ética, apresentação pessoal e relações interpessoais, técnicas de condução, princípios de interpretação ambiental e monitoramento de impactos); Segurança e equipamentos (Primeiros socorros/ busca e salvamento, combate a incêndios e normas ABNT)¹².

É importante ressaltar que a atuação dos condutores está condicionada às particularidades de cada UC, bem como à estrutura e às atividades disponibilizadas pelo próprio PARNA⁹. Desta maneira, a complexidade e as especificidades desse contexto demandam a intervenção de profissionais com competências especializadas, que oportunizem aos visitantes vivências seguras, atendam suas expectativas e os sensibilizem para a conservação do ambiente visitado. Além disso, é importante destacar que a atuação profissional com atividades praticadas na natureza envolve a participação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como a Educação Física, o Turismo e as Ciências da Natureza. Neste sentido, Pimentel⁴ remete à disputa de poder existente nas modalidades de aventura: “Ao dizer, por exemplo, se o trekking é turismo ou esporte, se legaliza a quem o profissional de aventura deve sujeitar-se [...] e, conseqüentemente, quais nor-

malizações irá seguir” (p. 607), sinalizando a busca pela hegemonia de atuação nas atividades praticadas na natureza.

A produção de conhecimentos que baseiam e legitimam a intervenção profissional nesta área¹³⁻¹⁵ passa pelo entendimento de quem são os profissionais que atuam com estas atividades que devem buscar oportunidades formativas contextualizadas e relevantes à sua formação. Nessa perspectiva, Canto-Silva e Silva¹⁶ apontam a importância do papel dos condutores de visitantes aos PARNAs e defendem a realização de pesquisas que identifiquem “o perfil, as limitações e as necessidades desses profissionais, de modo a melhorar a qualidade de vida dos envolvidos e qualificar os serviços de visitação oferecidos nas UCs” (p.383), as quais ainda não têm sido observadas na literatura científica brasileira. Finalmente, acredita-se que a investigação do perfil profissional dos condutores pode impulsionar ações que visem abordar conteúdos formativos relevantes à área na formação inicial em Educação Física, bem como nas demais entidades vinculadas à certificação para a atuação profissional com atividades na natureza. Considerando o exposto, este estudo se propõe a investigar o perfil sociodemográfico, acadêmico e profissional de condutores de TLD em dois PARNAs do território brasileiro.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como descritivo-exploratória, com abordagem quantitativa dos dados^{17,18}. Destaca-se que a investigação respeitou os procedimentos éticos vigentes para pesquisas realizadas com seres humanos, considerando que obteve aprovação do ICMBio (Processo nº 49700-1) e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos de uma Instituição Federal de Ensino Superior do Brasil (Parecer nº 1.346.397). Os condutores foram convidados a participar voluntariamente do estudo. Aqueles que aceitaram assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os contextos investigados compreendem o Parque Nacional do Caparaó (PNC) e o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC) (Figura 1).

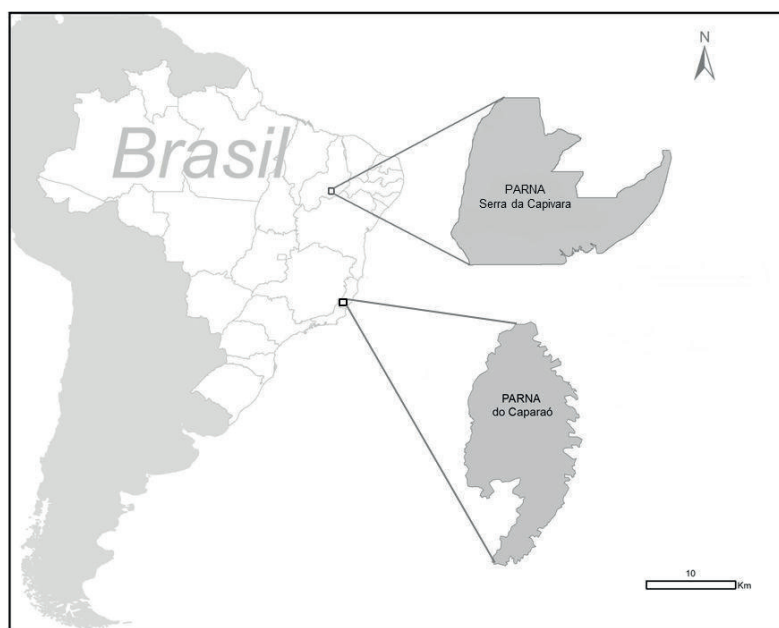


Figura 1. Mapa da localização dos PARNAs do Caparaó (ES/MG) e Serra da Capivara (PI).

A opção pelo PNSC é justificada pela excelência de sua estrutura; por sua localização no nordeste do Brasil, no estado do Piauí (PI); pela sistematização de cursos de formação de condutores, que acontecem na unidade desde 1993; pela presença de portaria do ICMBio com o registro dos condutores que atuam na UC¹⁹ e pela obrigatoriedade do visitante ser acompanhado por este profissional. O PNC, por sua vez, foi escolhido por contrapor esta realidade presente no PNSC: localiza-se entre os estados do Espírito Santo (ES) e Minas Gerais (MG), na região sudeste do Brasil; não possui

portaria do ICMBio para registro dos condutores credenciados, nem obrigatoriedade da presença de condutor durante as atividades de visitação.

Para a seleção dos condutores no PNSC utilizou-se como referência a lista dos profissionais que atuam em TLD, credenciados pela Portaria nº 8, de 09 de abril de 2014, do ICMBio para atuar no respectivo PARNA¹⁹. Nessa continuidade, após contato prévio com os gestores das UC, foram entrevistados 40 condutores (80%) dos 50 listados na Portaria nº 8 para atuar no PNSC em TLD¹⁹. No PNC, por não haver portaria do ICMBio de condutores autorizados a atuar na UC, utilizou-se lista dos profissionais credenciados no próprio Parque, onde dos 46 nomes presentes foram entrevistados 39 condutores (84,8%).

Os dados foram coletados por meio de entrevista estruturada, cujas seções contemplaram informações sociodemográficas, formação acadêmica e experiência profissional dos condutores, bem como percepções sobre a condução em TLD. A aplicação da entrevista estruturada foi justificada pela natureza das atividades profissionais e das características da população investigada, bem como pela possibilidade de explorar os pontos de vista dos participantes de forma mais aprofundada²⁰.

A coleta de dados ocorreu entre novembro de 2015 e janeiro de 2016, individualmente com cada condutor, e realizada no entorno ou no interior da UC, com a intenção de promover maior estimulação da memória dos entrevistados acerca dos aspectos relacionados à sua atuação. Os dados quantitativos foram inseridos e categorizados em planilha do programa *SPSS Statistics* (versão 21.0), sendo posteriormente analisados a partir de recursos da estatística descritiva (frequência absoluta e relativa).

Resultados

Os resultados apresentados na Tabela 1 indicam que, em ambos os PARNAs investigados, há o predomínio da atuação de condutores do sexo masculino (88,6%) em relação à participação feminina (11,4%). A maioria dos condutores possui entre 31 e 40 anos de idade (46,8%) e são casados ou mantêm união estável (55,7%). No que diz respeito ao estado de residência, verificou-se que os condutores moram no entorno do PARNA em que atuam. Enquanto que todos os condutores do PNSC residem no estado do Piauí, os condutores do PNC estão distribuídos nos estados de Minas Gerais (n = 22) e Espírito Santo (n = 17).

Com relação ao nível de formação dos condutores investigados, destaca-se que a maioria possui algum nível de ensino da Educação Básica (62%), enquanto 38% estão cursando ou já concluíram algum curso de nível superior. Quando analisados separadamente os condutores de cada PARNA, observa-se que 22 (55%) condutores do PNSC estão cursando ou já concluíram cursos de graduação ou pós-graduação, enquanto 31 (79,5%) condutores que atuam no PNC possuem apenas formação de nível básico. Quanto à formação universitária dos 22 profissionais do PNSC, ressaltam-se os cursos de Geografia (n=6), História (n=5), Pedagogia (n=3), Ciências Naturais (n=2), Biologia (n=2), Letras/Português (n=1), Arqueologia (n=1), Administração (n=1) e Matemática (n=1). Dos oito condutores do PNC, três realizaram o curso de Turismo e os demais os cursos de Engenharia Civil, Desenho Industrial, Farmácia, Biologia e Educação Artística.

Ao considerar o tempo de experiência como condutor de TLD (Tabela 1), verificou-se que a maior parte dos condutores do PNSC (72,5%) possui 11 anos ou mais de experiência, enquanto a maioria dos condutores do PNC (64,1%) exerce a atividade há 10 anos ou menos.

A maioria dos condutores investigados recebe até um salário mínimo por mês (72,2%), enquanto 18 (45%) profissionais que atuam PNSC e quatro (10,2%) que operam no PNC possuem remuneração mensal acima de um salário mínimo (Tabela 1).

Tabela 1. Características sociodemográficas, acadêmicas e profissionais dos condutores de TLD.

Variável	Categorias	PNSC (n=40)	PNC (n=39)	Total
Sexo	Masculino	34	36	70 (88,6%)
	Feminino	6	3	9 (11,4%)
Faixa etária	Até 30 anos	4	14	18 (22,8%)
	31 a 40 anos	26	11	37 (46,8%)
	41 anos ou mais	10	14	24 (30,4%)
Estado civil	Casado/União Estável	23	21	44 (55,7%)
	Solteiro/Viúvo/Divorciado	17	18	35 (44,3%)
Estado de residência	Piauí	40	0	40 (50,6%)
	Minas Gerais	0	22	22 (27,8%)
	Espírito Santo	0	17	17 (21,5%)
Nível de formação	Ensino Fundamental	3	17	20 (25,3%)
	Ensino Médio	15	14	29 (36,7%)
	Graduação	12	7	19 (24,1%)
	Pós-Graduação	10	1	11 (13,9%)
Experiência como condutor	Até 10 anos	11	25	36 (45,6%)
	11 anos ou mais	29	14	43 (54,4%)
Remuneração	Até 1 salário mínimo	22	35	57 (72,2%)
	Mais de um salário mínimo	18	4	22 (27,8%)

Quando questionados se participaram ou não de algum curso específico de capacitação para condutor, 88,6% dos investigados relataram que possuíam esta qualificação (Tabela 2). Evidencia-se que apenas um condutor do PNSC não possui o curso específico para condução, embora seja um requisito para conduzir visitantes em UC. Apesar de 93,7% dos investigados relatarem ter realizado algum curso de capacitação ofertado pelo IBAMA ou ICMBio, constatou-se que 88,6% dos entrevistados não realizou curso de capacitação ofertado pelo Ministério do Turismo. Quanto aos cursos de primeiros socorros, a maioria dos condutores pesquisados (83,5%) indicou ter participado de cursos desta natureza.

A respeito da percepção dos condutores sobre o impacto social nas UC (Tabela 3), identificou-se que 94,9% dos investigados relataram haver impacto social no entorno dos PARNAs, após a respectiva implantação. Além disso, a maioria dos indagados (62%) mencionou que sua intervenção produz impacto ambiental durante a condução de visitantes em TLD.

A maioria dos investigados (89,9%) relatou estar preparado para exercer o papel de condutor (Tabela 3), cujo propósito principal da intervenção profissional está voltado à educação dos visitantes, à segurança e à conservação do ambiente (64,4%). Entretanto o caráter educativo da condução predominou nos relatos dos condutores do PNSC e o caráter de aventura foi mais frequente entre os condutores do PNC (Tabela 3).

Tabela 2. Cursos realizados pelos condutores.

Variável	Categorias	PNSC (n=40)	PNC (n=39)	Geral (n=79)
Curso específico de condutor	Sim	39	31	70 (88,6%)
	Não	1	8	9 (11,4%)
Curso de capacitação ofertado pelo IBAMA ou ICMBio	Sim	40	34	74 (93,7%)
	Não	0	5	5 (6,3%)
CCO pelo Ministério do Turismo	Sim	8	1	9 (11,4%)
	Não	32	38	70 (88,6%)
Curso de primeiros socorros	Sim	39	27	66 (83,5%)
	Não	1	12	13 (16,5%)

Tabela 3. Percepção dos condutores sobre o impacto ambiental e o propósito de sua atuação.

Variável	Categorias	PNSC (n=40)	PNC (n=39)	Geral (n=79)
Impacto social da implantação do PARNA	Sim	40	34	74 (94,9%)
	Não	0	4	4 (5,1%)
Impacto ambiental na condução no PARNA	Sim	28	21	49 (62,0%)
	Não	12	18	30 (38,0%)
Propósito da prática de condutor	Aventura	6	22	28 (35,4%)
	Educação	34	17	51 (64,6%)
Possui domínio da atividade de condução	Sim	36	35	71 (89,9%)
	Não	4	4	8 (10,1%)

Discussão

A prática de atividades na natureza se configura como um fenômeno novo no Brasil, e, conseqüentemente, um campo de intervenção profissional eminentemente contemporâneo¹³⁻¹⁵. Nesta perspectiva, as normas que regulam a profissão de condutor de visitantes são, igualmente, recentes^{11,12}. Embora a oferta de atividades na natureza esteja acessível às mulheres e, de fato, se perceba atualmente o crescimento da participação feminina nestas atividades^{15,21,22}, o mesmo não se pode afirmar para a atuação em atividades de aventura^{13,14} e na condução de TLD nos PARNAs investigados; pois, dos 79 profissionais entrevistados, somente nove (11,4%) são do sexo feminino. Neste contexto, percebe-se baixa participação das mulheres na condução de visitantes nos PARNAs pesquisados, bem como na atuação em atividades na natureza.

O perfil acadêmico dos condutores investigados, no presente estudo, apresenta-se distinto do revelado em estudo de Paixão²³, no qual aproximadamente oito de cada 10 instrutores que atuavam no estado de Minas Gerais contavam com certificação no Ensino Superior. Apesar da diversificação observada em relação às áreas de formação profissional dos condutores com formação superior seja similar à apresentada na investigação mencionada, salienta-se que, no presente estudo, não foi observada presença de profissionais formados em Educação Física. Este dado sugere um campo de trabalho ainda não explorado pelo profissional de Educação Física nos PARNAs pesquisados, mas com potencial e características que o qualificam a atuar como condutor de visitantes.

Por isso, acredita-se que a área da Educação Física pode contribuir para a formação profissional destes condutores de atividades na natureza em PARNAs espalhados pelo território brasileiro, especificamente no que tange a aspectos

como: técnicas envolvidas na prática esportiva de atividades na natureza; preparo psicológico para lidar com grupos de pessoas em situações de aprendizagem; emoções e riscos; componentes didático-pedagógicos presentes igualmente em circunstâncias de aprendizado; utilização dos diferentes estilos de ensino de Muska Mosston²⁴; e educação ambiental^{13,14,16,23,25}.

Os dados da pesquisa sugerem que o maior número de profissionais com certificação no Ensino Superior, no PNSC (n=22), pode estar relacionado à sistematização de cursos de capacitação que ocorrem nesta unidade desde 1993¹⁹, à obrigatoriedade da presença do condutor durante a visitação e à implantação de três instituições de Ensino Superior públicas na cidade de São Raimundo Nonato, uma das entradas para o PARNA.

Os profissionais investigados possuem experiência considerável na condução de visitantes em TLD, principalmente aqueles que atuam no PNSC, onde foi possível averiguar uma sistematização de cursos de capacitação de condutores desde 1993¹⁹. Além disso, a especificidade dos diferentes ambientes naturais nos quais são praticadas as diversas atividades exige do condutor uma vivência prática específica⁸⁻¹⁰, possibilitando o domínio aprofundado das características do bioma e do local em que atua, bem como da atividade que desenvolve. Alguns estudos realizados em diferentes estados do Brasil²⁶⁻²⁹ têm apontado que a experiência prática acumulada na atividade em que atua, tanto por parte do empregador quanto do instrutor, é o aspecto mais relevante e valorizado para a intervenção profissional no âmbito das atividades na natureza, em detrimento da formação em nível superior. No entanto, Ribas e Hicokenbick⁸ sugerem que uma boa formação do condutor de visitantes é o implemento preponderante no sucesso da visitação de UC. Assim, acredita-se que a aprendizagem formal, adquirida em instituições de Ensino Superior, também pode trazer subsídios valiosos ao trabalho de condução em UC, especialmente no que se refere à construção de uma base de competências conceituais, procedimentais e atitudinais específicas à atuação na natureza. Dentre as habilidades educacionais que se pode desenvolver, Zabala³⁰ ressalta que as aprendizagens de ordem conceitual e factual se expressam a partir do que se deve aprender e dos procedimentos de como se deve fazer, respectivamente. As aprendizagens atitudinais, por sua vez, representam o conjunto de valores e princípios ético-morais que se mantém, tanto nas interações sociais e profissionais, como no vínculo com o meio ambiente em que se vive.

De modo geral, os condutores investigados recebem até um salário mínimo por mês (72,2%, Tabela 1). Apenas 18 (45%) profissionais que atuam PNSC e quatro (10,2%) que operam no PNC possuem remuneração mensal acima de um salário mínimo. A baixa remuneração dos condutores está associada às dificuldades enfrentadas para o estabelecimento de vínculo empregatício formalizado e, conseqüentemente, o devido reconhecimento das atividades desenvolvidas por estes profissionais. No PNC, esta realidade é mais latente pela não obrigatoriedade da contratação do condutor, pelo visitante, para adentrar na UC. A diferença encontrada entre os PARNAs pode ser atribuída à obrigatoriedade da contratação de condutores no PNSC. No caso do PNC, por não haver obrigatoriedade da contratação do condutor, apesar do maior número de visitantes por ano (49.617) quando comparado ao PNSC (13.902)³¹, a renda média dos condutores é menor. O baixo valor encontrado para os condutores deve, porém, ser relativizado, pois em ambos os PARNAS, além da condução (valor descrito na pergunta), há, por parte dos condutores de visitantes, agregação de valor ao processo de condução, por meio do oferecimento de serviços como traslado por veículos automotores até os pontos de início/final da atividade (ambos PARNAS) e alimentação durante pernoite (PNC).

A participação expressiva dos condutores de visitantes em cursos de capacitação para condutor e de primeiros socorros ofertados pelo IBAMA e ICMBio parece ser impulsionada tanto pela demanda de competências específicas para atuar com TLD em determinado PARNA quanto pela necessidade de certificação e qualificação para intervir legalmente em UC do território brasileiro¹². A diversidade na formação dos profissionais do presente estudo, assim como dos participantes na investigação de Paixão e Tucher¹³, pode resultar da falta de uniformidade do processo formativo e da regulamentação profissional nesta área. Neste sentido, as exigências para intervenção profissional como instrutor de determinada

atividade costumam ser reconhecidas mediante a apresentação de certificados, emitidos por confederações, associações e outras entidades da respectiva atividade, referentes a cursos de curta duração, oficinas, clínicas e *workshops*^{13,14}. Em alguns casos, a capacitação específica para o desenvolvimento de determinada atividade pode ser ofertada pelo próprio empregador, centrada fundamentalmente em procedimentos técnicos e de primeiros socorros²⁶.

Não obstante a existência destas iniciativas formativas, a lacuna na formação dos instrutores de atividades na natureza se faz presente porque o formato dos cursos pode não garantir a capacitação necessária para que o profissional oriente adequadamente a prática de atividades na natureza, considerando as distintas condições de saúde e níveis de condicionamento físico dos clientes³². Obviamente, não se pode cair no erro de se conceber a formação e a atuação profissional somente a partir do meio acadêmico, desconsiderando os saberes nativos e populares, ou os conhecimentos tradicionais e/ou não institucionalizados²⁸. Desta maneira, considera-se que a intervenção em atividades na natureza é multidisciplinar, especialmente por incluir aquilo que está além das disciplinas acadêmicas³³. Reconhece-se, também, que o desenvolvimento das competências profissionais pode ocorrer em outras situações e/ou ambientes diferentes da formação inicial, tais como em cursos de curta duração na área específica^{13,14,29} e no convívio diário com outros condutores e com os próprios visitantes dos PARNAs, reforçando a ideia de que o processo de aprendizagem é dinâmico, multicontextual e ocorre ao longo de toda a vida do indivíduo³⁴⁻³⁶.

A atividade de condução de visitantes em TLD nos PARNAs investigados tem características distintas de uma unidade para outra. Enquanto que no PNC foi identificada a maior ênfase no fenômeno esportivo/aventura, no PNSC é possível apontar um repertório de conhecimentos educacionais e multidisciplinares sobre a fauna e flora, a geologia, a arqueologia, a megafauna, as pinturas rupestres e a história do homem americano, que se sobressai quando comparado à presença do fenômeno esportivo/aventura como, por exemplo, escalada e *trekking*. Além disso, identificam-se em ambas as UC a particularidade de contemplação da natureza, na qual a prática corporal se configura como coadjuvante.

As características do PARNA e o tipo de atividades desenvolvidas determinam, em parte, a intencionalidade da intervenção dos condutores. Assim, o predomínio do caráter educativo, relatado pelos condutores de visitantes do PNSC, parece acompanhar a sistematização de cursos de capacitação oferecidos neste PARNA¹⁹, desde o ano de 1993, em parceria do ICMBio com a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tais evidências revelam a importância cultural, social, geológica, arqueológica, antropológica, pedagógica e educacional, de pesquisa e de capacitação de condutores de visitantes que o ICMBio, em parceria com a FUMDHAM, tem sistematizado neste PARNA¹⁹.

O caráter esportivo/aventura, mais frequente entre os condutores do PNC, justifica-se pela característica da unidade, principalmente por ter como protagonista da visita o Pico da Bandeira, com seus 2.892 metros de altitude, o terceiro ponto mais elevado do território brasileiro. Não obstante, percebe-se que o papel da educação ambiental como ferramenta educacional frente à variedade de atividades de ecoturismo ou turismo, como caminhada, escalada, rapel, espeleologia, cavalgada, mergulho, voo livre, balonismo, turismo esotérico e turismo rural³⁷, pode ficar em segundo plano em relação à atividade de visita do Pico da Bandeira.

Independente do caráter predominante na atuação dos condutores de visitantes de TLD, a conservação ambiental exige um trabalho interdisciplinar entre Turismo, Ecologia e Motricidade³⁸, assim como a abordagem interdisciplinar entre Educação Física, Sociologia, Turismo, Biologia³⁹. A implantação da FUMDHAM e das três universidades públicas, existentes na cidade de São Raimundo Nonato (uma das entradas para o PNSC), pode ter contribuído positivamente para o impacto social na microrregião. O envolvimento da comunidade local para consolidar empreendimentos na área de atividades na natureza pode colaborar para o resgate sociocultural de seus nativos, possibilitando que a comunidade local e os visitantes reconheçam e confiem não somente no potencial dos recursos naturais de uma determinada região, mas principalmente na competência dos que nela residem e conduzem essas atividades.

A percepção do impacto ambiental na condução de visitantes em TLD compreende um dilema enfrentado pelos condutores. Ao mesmo tempo em que os PARNAs possuem o propósito da conservação de áreas protegidas, a atividade de condução de visitantes parece causar algum impacto na UC e em seu entorno, na percepção dos condutores. Esta situação sugere a necessidade de um olhar mais atento e crítico sobre as formas de interação entre o ser humano e os diferentes meios naturais no momento da prática de determinada modalidade, sobretudo por parte das entidades que oferecem esse tipo de serviço^{32,40,41,42}. Embora seja possível lançar um olhar positivo em relação a essa interação, ser humano com a natureza, a popularização das atividades que utilizam a natureza para sua prática resulta em uma exploração ainda maior dos recursos naturais envolvidos no desenvolvimento dessas atividades⁴²⁻⁴⁴, motivo pelo qual se faz necessário refletir sobre o tipo de formação oferecido aos condutores, sobre suas competências profissionais e sobre os aspectos necessários para se assegurar a conservação do meio ambiente^{8,10,16,42,43}.

O impacto social na região em que o PARNA está localizado, percebido pela maioria dos condutores investigados, pode estar associado ao aumento da autoestima dos moradores locais, principalmente daqueles que vislumbram uma ocupação profissional que possibilite a permanência em sua comunidade. Entretanto é pertinente pontuar que a implantação de três instituições de Ensino Superior públicas na cidade de São Raimundo Nonato pode ter influenciado esta percepção dos condutores, haja vista que, dos 39 profissionais entrevistados no PNSC, 22 (56,4%) possuem curso superior.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi investigar o perfil sociodemográfico, acadêmico e profissional dos condutores de TLD em dois PARNAs no território brasileiro. As limitações da pesquisa estão associadas à natureza quantitativa, ao tempo despendido na coleta de dados e às dificuldades enfrentadas na realização das entrevistas com os condutores. Além do número reduzido de PARNAs investigados, também se reconhece que a abordagem quantitativa adotada pelo estudo não permitiu explorar com determinado aprofundamento alguns aspectos do perfil profissional mencionado pelos participantes da investigação.

Os resultados encontrados revelaram que a maioria dos condutores é do sexo masculino; possui a Educação Básica; é casado ou mantém união estável; possui entre 31 e 40 anos de idade; recebe até um salário mínimo por mês e mora no entorno do PARNA em que atua. Nenhum dos condutores investigados realiza ou realizou curso de graduação em Educação Física (licenciatura ou bacharelado). O caráter educativo da condução predominou nos relatos dos condutores do PNSC, enquanto o caráter esportivo/aventura foi mais frequente entre os condutores do PNC.

Ao reconhecer a necessidade de formação multidisciplinar para atuar na condução de TLD em PARNAs, as contribuições da presente investigação, na Educação Física, compreendem mais um alerta aos cursos de formação inicial para se preocuparem em atender esta demanda do que, propriamente, a preocupação em assegurar uma formação específica para mais um potencial posto de trabalho. Independentemente da disputa que possa ocorrer com profissionais de outras áreas para atuar no mercado de trabalho das atividades na natureza, acredita-se que a área de Educação Física não pode se abster desta importante oportunidade de intervenção profissional. Por este ângulo, os cursos de formação inicial em Educação Física podem se concentrar na oferta de oportunidades estruturadas de aprendizagem, alinhadas aos perfis dos profissionais de sua região e às características específicas dos contextos em que se inserem, bem como contemplar aspectos sobre biodinâmica da caminhada, educação ambiental, prática de atividades físicas na natureza, recreação e lazer na natureza, papel pedagógico do instrutor de atividades na natureza.

A continuidade das investigações sobre o perfil de condutores de visitantes de TLD é sugerida, de modo que se amplie a caracterização dos profissionais que atuam nos mais de 70 PARNAs existentes no território brasileiro, e que se possa estruturar iniciativas de formação inicial e continuada em Educação Física, sensíveis às peculiaridades dos diferen-

tes contextos em que as atividades na natureza se fazem presentes. Além disso, investigações de caráter qualitativo poderiam explorar com maior aprofundamento os sentidos e os significados atribuídos à própria prática profissional por condutores de atividades na natureza atuantes em distintos biomas (Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado, Marinho, Caatinga e Pantanal), contextualizando a cultura e a economia locais e evidenciando as similaridades e as diferenças das respectivas intervenções profissionais. Finalmente, considerando o caráter multidisciplinar da formação e da atuação profissional com atividades na natureza, tais investigações poderiam explorar o processo de desenvolvimento desses profissionais em suas carreiras, identificando as diferentes situações e contextos de aprendizagem nos percursos formativos.

Agradecimentos

O presente trabalho contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) na concessão da bolsa para sua realização. Os pesquisadores são gratos à Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) e a todos os condutores e gestores dos PARNAs do Caparaó e Serra da Capivara.

Referências

1. Betrán AO, Betrán JO. Propuesta de una clasificación taxonómica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza: marco conceptual y análisis de los criterios elegidos. *Apunts: Educ. Fis. y Deportes*. 1995; 41: 108-123.
2. Bruhns HT. No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções. In: Marinho A, Bruhns HT, org. *Turismo, lazer e natureza*. São Paulo: Manole; 2003. p. 29-52.
3. Marinho A. Lazer, Aventura e Risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. *Movimento*. 2008; 14(2): 181-206.
4. Pimentel GGA. Esportes na natureza e atividades de aventura: uma terminologia aporética. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. 2013; 35(3): 687-700.
5. Takahashi L. Uso público em Unidades de Conservação. *Cadernos de Conservação*. Curitiba: 2004; 2(2).
6. Lechner L. Planejamento, implantação e manejo de trilhas em Unidades de Conservação. Curitiba: UFPR; 2006.
7. Ascom. Publicação eletrônica [Mensagem institucional da Assessoria de Comunicação do ICMBio. [Mensagem recebida 7 jul 2016].
8. Ribas LCC, Hickenbick C. O Papel de Condutores Ambientais Locais e de Cursos de Capacitação no Ecodesenvolvimento Turístico e as Expectativas Sociais no Sul do Brasil. *Turismo em Análise*. 2012; 23(1): 143-165.
9. Eagles P. Trends in Park Tourism: Economics, Finance and Management. *Journal of Sustainable Tourism*. 2002; 2(10): 132-153.
10. Pereira AIA, Silva FJL, Silva-Junior JM. Influência dos cursos de capacitação do Projeto Golfinho Rotador na atuação profissional dos condutores de ecoturismo em Fernando de Noronha (PE): uma contribuição à sustentabilidade turística local. *Revista Brasileira de Ecoturismo*. 2015; 8(1): 31-58.
11. Brasil. Ministério do Turismo. Portaria nº 27, de 30 de Janeiro de 2014. Define as atividades de condutor e guias, 2014. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=117>. [2016 jul 10].
12. Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Instrução normativa nº 2, de 3 de maio de 2016. Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização de uso para a prestação do serviço de condução de visitantes em unidades de conservação federais. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2016/in_icmbio_2_2016_exerc%C3%ADcio_atividade_conducaovisitantes_ucs.pdf. [2016 jul 10].
13. Paixão JA, Tucher G. Risco e aventura por entre as montanhas de Minas: a formação do profissional de esporte de aventura. *Pensar a Prática*. 2010; 13(3): 1-19.
14. Paixão JA, Gabriel RECD, Tucher G, Kowalski, CostaVLM. Risco e aventura no esporte na percepção do instrutor. *Psicologia & Sociedade*. 2011; 23(2): 415-425.
15. Murta IBD. Atividades de aventura na natureza: uma análise a partir das revistas LICERE e RBCE. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. 2015; 2(2): 115-134.
16. Canto-Silva CR, Silva JS. Panorama da visitação e da condução de visitantes em Parques brasileiros. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. 2017; 1: 365-386.
17. Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas; 2008.
18. Thomas JR, Nelson JK. Métodos de pesquisa em atividade física. 3. ed. Porto Alegre: Artmed; 2002.

19. Costa VLM. Deportes de aventura y riesgo en la montaña: una trayectoria de juego con limites e incertidumbres. *The FIEP Bulletin*. 2004; 74(2-3): 57-61.
20. Brasil. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Condutores credenciados do Parque Nacional Serra da Capivara. Brasília, DF, Portaria nº 8, de 09 de abril de 2014a. http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/visitacao/condutores_credenciados_PNSC_30.05.14.pdf [2015 jul 27].
21. Flick U. Método qualitativos na investigação científica. Lisboa: Monitor; 2005.
22. Silva RI. As emoções das atividades físicas de aventura na natureza e a ressignificação do papel feminino. [Dissertação de Mestrado]. Rio Claro, SP: Universidade Estadual Paulista; 2004.
23. Schwartz GM, Pereira LM, Figueiredo JP, Christofolletti DFA, Dias VK. Estratégias de participação da mulher nos esportes de aventura. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. 2016; 38(2): 156-162.
24. Paixão JA. Entre a aventura e o risco: formação e atuação profissional de instrutores de esporte de aventura no estado de Minas Gerais. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*. 2015; 14: 257-271.
25. Mosston M. *La Ensenanza de la Educacion Fisica*. Editora: Paidós Espanha; 1988.
26. Schwartz GM, Carnicelli Filho S. (Desin) Formação profissional e atividades de aventura: focalizando os guias de “Rafting”. *Revista Brasileira Educação Física e Esporte*. 2006; 20(2): 103-109.
27. Figueiredo JP. Atividades de aventura e formação profissional: aspectos acadêmicos e de mercado de trabalho. In: Pereira EA, *et al.*, org. *Esporte e turismo: parceiros da sustentabilidade nas atividades de aventura*. Pelotas: UFPel; 2012. p. 115-128.
28. Auricchio JR. Formação e atuação profissional em atividade de aventura no âmbito do lazer. *Licere*. 2013; 16(2): 208.
29. Bandeira MM, Ribeiro OCF. Sobre os profissionais da aventura: problemas da atuação na interface esporte e turismo. *Licere*. 2015; 18(3): 116-157.
30. Brasil VZ, Ramos V, Barros TES, Godtsfriedt JVN. A trajetória de vida do treinador esportivo: as situações de aprendizagem em contexto informal. *Movimento*. 2015; 21(3): 815-829.
31. Zabala A. *A prática educativa: Como ensinar*. Porto Alegre: Artmed; 1998.
32. ICMBio/Sesic. Publicação eletrônica [Mensagem institucional recebida por meio de correio eletrônico do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (SESIC) do ICMBio. [2017 mai 4].
33. Paixão JA, Costa VLM, Gabriel RECD. Esporte de aventura e ambiente natural: dimensão preservacional na sociedade de consumo. *Motriz*. 2009; 15(2): 367-373.
34. Marinho A, Santos PM, Moletta AF, Bahia MC, Alves C. Programas de intercâmbio/cooperação internacional em lazer no contexto dos grupos de pesquisa nacionais da área. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte (Online)*. 2014; 36: 632-639.
35. Jarvis P. Aprendendo a ser uma pessoa na sociedade: Aprendendo a ser Eu. In: Illeris K, org. *Teorias Contemporâneas da Aprendizagem*. Porto Alegre: Penso; 2013. p. 31-45.
36. Jarvis P. *Aprendizagem Humana: implícita e explícita*. Educação & Realidade. 2015; 40(3): 809-825.
37. Schön DA. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed; 2008.
38. Alves MS, De-Bortoli AL, Kirst FV, Messias SMC, De-Bortoli R. Normalização do Ecoturismo e Turismo de Aventura no Brasil. *Revista Brasileira de Ecoturismo*. 2016; 9(3): 433-444.
39. Tahara AK, Dias VK, Schwartz GM. A aventura e o lazer como coadjuvantes do processo de educação ambiental. *Pensar a Prática*. 2006; 9(1): 1-12.
40. Chao CHN. *Relação Homem/Natureza e o lazer como uma possibilidade de sensibilização da questão ambiental*. Motrivivência. 2004; XVI (22).
41. Vieira V. *Desenvolvimento de um instrumento de identificação de impactos ambientais em práticas esportivas na natureza (IMPAC-AMBES)*. [Dissertação Mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Castelo Branco; 2004.
42. Pickering CM, Hill W. Impacts of recreation and tourism on plant biodiversity and vegetation in protected areas in Australia. *Journal of Environmental Management*. 2007; 85: 791-800.
43. Cotes M. O andar dos seres humanos é um negócio altamente arriscado: as atividades físicas no meio ambiente natural. In: II Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL) - Anais do 2º Congresso Brasileiro de Estudos do lazer. 16º Seminário “O Lazer em Debate”/ Mirleide Chaar Bahia, Silvio Lima Figueiredo Org. - Belém: NAEA, 2016; 10: 1066-1076.
44. Cotes M, Mielke MS, Cazorla IM, Morel M. Avaliação do nível de dificuldade da trilha interpretativa do Ecoparque de Una (BA): aspectos físicos, biológicos e parâmetros de esforço físico dos visitantes. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte (Online)*. 2007; 28(3): 191-207.
45. Marinho A, Inácio HLD. Educação Física, Meio Ambiente e Aventura: um percurso por vias instigantes. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte (Online)*. 2007; 28(3): 55-70.